

JMS. G. H

Ata Nº 7

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, realizada nas instalações da Junta de Freguesia da Marinha Grande (JFMG) sitas em Rua Marques de Pombal, 92-A.-----

Isabel Freitas, presidente do órgão, deu início à sessão, saudando os deputados e informando sobre alteração da composição da Mesa da Assembleia que, por ausência da 1ª secretária, Diana Gregório (CDU), passa a integrar a deputada Olga Gonçalves. Prosseguiu a presidente da Mesa informando sobre as restantes substituições, a saber: a deputada Maria Esperança (CDU), substituída na sessão pela deputada Marina Grácio; a deputada Ana Cristina Fernandes (PS) substituída na sessão pelo deputado Sesinando Araújo da mesma bancada. -----

De seguida a Presidente da Mesa passou a palavra ao público presente, tendo o freguês Virgílio Gregório manifestado o seu desagrado pela resposta que lhe foi dada na sessão anterior à questão sobre o valor total da aquisição da "Casa do Dr. Coelho". Colocou ainda a questão relativa a um caminho atravessado por uma ribeira, paralelo à E.N. 242, que precisa de ser melhorado apesar de já ter sofrido uma intervenção que não teve o resultado desejado. -----

A Presidente da JFMG relativamente às questões formuladas pelo freguês Virgílio Gregório, pediu para ser esclarecida sobre os valores em causa, se se tratava do valor do edifício ou do valor da sua recuperação. Sobre o caminho atravessado pela ribeira, esclareceu que terá que ser feita uma obra mais profunda, para o efeito já reuniu com as Infraestruturas de Portugal, que lá foram fazer o encaminhamento das águas e também já lá foi um engenheiro para perceber o que deve ser feito. Esta operação deverá ser realizada em parceria com a Brisa já que ao construírem a autoestrada A8 encaminharam as águas para cima da E.N. 242. Mais informou que estão a ser envidados todos os esforços para que a situação se resolva com a maior brevidade possível. -----

Em resposta à questão da Presidente da JFMG, o freguês Virgílio Gregório esclareceu que o valor que pretendia conhecer era o valor total da aquisição do edifício e das obras de recuperação. Ainda na sua intervenção lamentou o estado em que os passeios se encontram responsabilizando a equipa de fiscalização da Junta. -----

A Presidente da JFMG esclareceu o freguês Virgílio Gregório que o edifício foi adquirido por 325 000 € (trezentos e vinte e cinco mil euros) e que o valor das obras de recuperação só se saberá depois quando for lançado o concurso, no entanto o valor

Chur. p h

estimado é de 378 000 € (trezentos e setenta e oito mil euros). Sobre os passeios informou que estão a ser feitos todos os esforços para conseguir uma boa fiscalização sobre os trabalhos o que nem sempre é possível. -----

Como não havia mais inscrições do público a Presidente da Mesa iniciou o **Período antes da Ordem do Dia** dando a palavra ao deputado Marco Sousa (PS) que leu uma proposta da sua bancada pela “Proteção, identificação e limpeza das colónias de gatos na freguesia da Marinha Grande. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado Manuel Pereira (CDU) que colocou a questão da falta de equipamentos de proteção individual, afirmando que existem trabalhadores que não dispõem do equipamento necessário. Enquanto dirigente do STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, deu conhecimento à Assembleia de uma “Carta aberta ao governo e autarquias. -----

O deputado Sesinando Araújo (PS) pediu para ser esclarecido do motivo do encerramento da Loja Social e aproveitou para ler alguns dos objetivos deste tipo de apoio social.-----

A deputada Marina Grácio (CDU) também tomou a palavra para pedir esclarecimentos sobre a limpeza e falta de papel higiénico nas casas de banho públicas de S. Pedro de Moel durante a época balnear. -----

De seguida, teve a palavra o deputado Vasco Silva (CDU) que sugeriu a inclusão dos lavadouros nos diferentes documentos em que se referem os fontanários. Referiu que estes embora sejam infraestruturas individuais ocupam uma área idêntica à dos fontanários, disse ainda estes se encontram cheios de ervas dando o exemplo do lavadouro da Comeira, e que a Junta deve zelar por estas infraestruturas. Continuou a sua intervenção para manifestar a sua apreensão relativamente à degradação dos caminhos florestais, motivada entre outros pelo plantio de eucaliptos e pelos proprietários dos terrenos e fez um apelo à JFMG para que faça uma campanha de esclarecimento e sensibilização junto das populações, já que estes caminhos servem muitas vezes de passagem aos bombeiros. Questionou ainda sobre a identidade dos proprietários do edifício adquirido pela Junta. -----

A Presidente da JFMG respondeu às questões colocadas pelos deputados começando pela limpeza da colónia de gatos dizendo que achava que o grupo de voluntárias se encarregava de o fazer e que nunca foi solicitada à JFMG qualquer ajuda, propõe-se a falar com as três associações da Marinha Grande, e em conjunto verem o que se pode fazer. No que concerne aos equipamentos individuais garantiu que todos os que foram sinalizados em gosto foram entregues, no entanto irá tentar perceber o que se está a

Amf. G h

passar já que não tinha qualquer informação a esse respeito, acrescentou ainda que por diversas vezes foram entregues na Junta equipamentos esquecidos na rua. Em relação à Carta Aberta, disse que há dificuldades em captar trabalhadores já que o trabalho é mal pago e com condições precárias. Quanto a Loja Social informou que a decisão do seu encerramento foi da Associação Novo Olhar, alegando falta de apoios. No entanto a rede social da Marinha Grande tem uma integração social de várias associações em pontos diferentes assegurando que todos os bens que estavam na Loja Social foram distribuídos pela JFMG e pela Conferência de S. Vicente de Paulo. -----
Informou ainda que no Espaço Cidadão temos uma socióloga que faz o trabalho de assistente social. Para fomentar a participação cívica existe um grupo de voluntários a funcionar na JFMG todas as terças-terças-feiras do mês. Relativamente às casas de banho de S. Pedro de Moel assegurou que o papel só faltou durante uma hora e quinze minutos e que a limpeza foi sempre feita. Respondendo à questão dos lavadouros, estes irão ser incluídos nos documentos junto com os fontanários. A limpeza do lavadouro da Comeira ainda não foi feita, mas terá prioridade uma vez que está sinalizada. Informou que em relação aos caminhos florestais está a ser feito um levantamento pela Proteção Civil para serem definidos os que são necessários e que terão prioridade na requalificação daqueles que forem identificados como necessários em caso de calamidade. Relativamente aos proprietários do edifício adquirido pela JFMG à empresa "Vantagem Pontual" de Jorge Calvete. -----

O deputado Sesinando Araújo (PS) interveio para perguntar se quem precisa de apoio social se deve dirigir à socióloga da JFMG. -----

Ainda neste ponto a Presidente da Mesa propôs a votação do documento da bancada do PS sobre a limpeza das colónias de gatos, sobre este assunto o deputado Manuel Pereira (CDU) comentou ser uma proposta interessante, mas que gostaria de a poder ler e apreciar antes de tomar a sua decisão de voto, a Presidente propôs então ler os três últimos considerandos do documento antes de o colocar à votação.

Depois da leitura dos considerandos do documento este foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

A Presidente da Mesa deu por concluído o período antes da ordem do dia e prosseguiu a sessão de acordo com a ordem de trabalhos estabelecida. -----

Aprovação das atas nº 5 e 6. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a ata nº5 e informou que a ata nº 6 ainda não se encontra concluída. -----

-

Handwritten initials and marks in blue ink at the top right of the page.

Sobre este ponto solicitou a palavra o deputado Carlos Carvalho (PS) que começou por apresentar duas propostas de alteração em termos de texto, a saber, criar uniformidade nas designações dos deputados e nas substituições rectificar o nome Ana Margarida para Susana Margarida enumerou ainda algumas erros/incorreções que deverão ser corrigidos. -----

Após esta intervenção a Presidente da Mesa propôs a retirada deste ponto da Ordem do Dia para se poder proceder à correção da Ata nº5 e concluir a Ata nº6, a Assembleia concordou e o ponto foi retirado. -----

Apreciação do Relatório de Atividade da JFMG referente ao 3º trimestre de 2022.

A Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra à Presidente da JFMG para a apresentação do documento em apreço, esta referiu que não foi possível fazer qualquer alteração ao documento desde a última Assembleia devido ao período de férias das funcionárias, no entanto os dados foram atualizados não havendo lugar a alterações significativas. -----

Por não terem sido solicitados esclarecimentos adicionais sobre o documento em apreço a Presidente da Mesa apelou aos deputados para darem a sua opinião quer fosse para elogiar ou para criticar. Neste sentido o deputado Carlos Carvalho (PS) elogiou a abordagem inicial e propôs à Presidente da JFMG que como não foram colocadas quaisquer dúvidas destacasse alguns dos assuntos que lhe parecessem mais interessantes. -----

O deputado Manuel Pereira (CDU) pediu palavra para fazer um agradecimento à JFMG e aos seus trabalhadores que limpam o recinto da Coletividade e do Posto Médico da Garcia. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado Vasco Silva (CDU), que voltou a falar nos lavadouros sugerindo que a JFMG os incluísse no património imobiliário/ terrenos, deste modo salvaguardando a propriedade que é de todos. -----

A Presidente da JFMG aceitou o desafio proposto pelo deputado Carlos Carvalho (PS) e destacou alguns dos assuntos mais pertinentes nomeadamente no que diz respeito ao Património referiu que não houve alterações, no caso do edifício adquirido este irá ser aberto à comunidade no sentido de se recolherem memórias, opiniões e sugestões que poderão ser úteis na sua recuperação, manifestou a sua preocupação a relativamente à idade média dos trabalhadores da JFMG, e a dificuldade em recrutar novos trabalhadores. Prosseguindo destacou os dois gráficos referentes aos atendimentos da JFMG e do Espaço Cidadão onde se pode verificar que, em agosto, mesmo com as férias do pessoal, foram atendidas mil pessoas. Esta afluência leva a

que seja numa necessidade aumentar o quadro de pessoal. Nos serviços de psicologia e nutrição também houve um grande número de pessoas a serem atendidas, as psicólogas estão ainda a dar apoio aos oitavos anos dos dois Agrupamentos de Escolas da cidade. Referiu a continuidade dos apoios sociais e afirmou que todos os pedidos feitos pelas escolas e que se encontravam dentro das competências da JFMG foram atendidos. Relativamente à degradação dos Parques Infantis informou que estes só podem ser intervencionados por empresas especializadas. A candidatura a Eco Freguesia está no bom caminho. No que concerne à limpeza das ruas a empresa responsável alega falta de pessoal, já no que diz respeito à rede viária têm sido feitos alguns trabalhos em articulação com a Proteção Civil, sempre que uma zona é sinalizada a JFMG vai de imediato limpar, há dois funcionários para quando existe a probabilidade de chuva limpar de imediato as sarjetas. Ainda relativamente às sarjetas estas não estão a ser eficazes, pelo que já foi feito um pedido à CMMG para as repensar. -----

A Presidente da Mesa agradeceu os esclarecimentos prestados sobre o relatório e passou ao ponto seguinte. -----

Apreciação e votação da 3ª Revisão ao Orçamento e PPI para 2022; -----

A Presidente da JFMG fez a apresentação do documento começando por referir as duas razões de ser a 3ª revisão, a saber os cerca de 10 000 € (dez mil euros) recebidos do seguro, resultante do acidente na frente do edifício da JFMG, e que só agora se está a proceder á reparação do muro, porque as pedras das colunas não estavam prontas. A segunda razão são os 100 000 (cem mil euros recebidos da CMMG no mês de Janeiro deste ano e que ainda não tinham sido colocados no orçamento pois se não houvesse este apoio a JFMG teria de o colocar para a aquisição do edifício “casa do Dr. Coelho”, como não foi necessário recorrer a esse dinheiro foi distribuído pelas diferentes rubricas. Assim, a rubrica recibos verdes foi reforçada tendo em conta a necessidade de contratar empresas, muitas delas só trabalham a recibos verdes, esta necessidade advém do facto de a JFMG não conseguir concretizar todo o trabalho que lhe é atribuído. Também a rubrica bens e serviços foi reforçada, nomeadamente 7 000 € para limpeza e higiene e 3 000€ para encargos com as instalações (eletricidade e água). Foi feito um reforçado de 15 000€ (quinze mil euros) nas parcerias e projetos visto estar previsto para o fim do ano ou eventualmente em janeiro a abertura de candidaturas para as Juntas se candidatarem a Fundos Comunitários, é importante já haver nessa altura os projetos para se puderem submeter, este reforço é para contratar esse serviço visto não haver ninguém

João G. J. M.

na JFMG com conhecimento das candidaturas e não se pode esperar que seja a CMMG a fazer esse trabalho. Mais informou que estão para abrir candidaturas para financiamento de requalificação de edifícios, financiamento até 85%, e para requalificação de parques e jardins. Este financiamento seria uma mais-valia para a JFMG pois pretende colocar fontanários nos parques e jardins e se o puder fazer com Fundos Comunitários melhor. Continuando a Presidente referiu que reforçaram 200€ (duzentos) na rubrica onde se enquadra a pagamento da quota da ANAFRE. Foi feito um reforço de 49 250€ (quarenta e nove mil duzentos e cinquenta euros) na rubrica aquisição de bens de capital, viadutos arruamentos e obras complementares, visto estarem sinalizados alguns melhoramentos que é preciso fazer nomeadamente uma ponte na Garcia e outra no Pilado que caíram. Foi feito também um reforço na rubrica aquisição e grandes reparações de viaturas, pois as viaturas da JFMG estão a ficar obsoletas. Foi atribuído um reforço em aquisição e grandes reparações em maquinaria, visto ser intenção do executivo adquirir maquinaria, máquinas mais leves e menos poluentes, já foram adquiridas algumas e está a ser testada a sua eficácia. - Sobre este ponto solicitou a palavra o deputado Vasco Silva (CDU) para pedir informação mais pormenorizada sobre as variações introduzidas na parte da despesa mais concretamente despesas com o pessoal, remunerações certas e permanentes, suplementos e prémios, aquisição de bens e serviços e viaturas. -----

Por sua vez, o deputado Manuel Pereira (CDU) referiu que houve um largo conjunto de valores incrementados em diversas rubricas, no entanto, quando foi aprovado o Mapa de Pessoal foi referida pela bancada da CDU a necessidade de criação de novos lugares/vagas, que agora se veio a verificar ocupados por trabalhadores a recibo verde, porventura por não haver lugares no mapa para se poder fazer outro tipo de contratação, pelo que no seu entender a planificação não foi bem feita. Continuou referindo que se incrementou um conjunto de valores porque de repente se verificou que o que havia sido pensado anteriormente afinal não correspondia às necessidades pelo que teve que ser incrementado determinado valor para fazer face a um conjunto de despesas que se vieram a verificar, o que leva a pensar que a planificação não foi bem feita e que o orçamento deveria ter sido desenvolvido de forma diferente para não haver necessidade de três revisões. Na sua opinião deveria haver planificação em termos de futuro para se perceber o que tem que ser feito e quais as reais necessidades quer a nível de recursos humanos quer de materiais, para não serem necessárias as sucessivas revisões. -----

Ainda sobre este ponto também a Presidente da Mesa colocou a questão/dúvida se o pessoal em regime de tarefa ou avença está permanente ou só vem quando é contratado. Questionou também se o reforço na rubrica Aquisição e grandes reparações de viaturas se destina à aquisição de uma viatura de nove lugares. -----

A presidente da mesa respondeu às dúvidas, disse que o pessoal no referido regime, era contratado apenas quando eram necessários. Disse ainda que o reforço da verba na rubrica de aquisição de viaturas, era efetivamente para a aquisição de uma viatura de nove lugares como a presidente da mesa questionou. -----

Seguidamente e não havendo mais pedidos de intervenção o documento em apreço foi colocado à votação pela Presidente da Mesa, tendo sido aprovado por maioria com doze votos a favor, zero votos contra e sete abstenções. -----

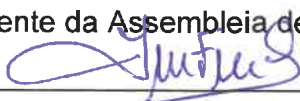
A Presidente da Mesa leu a minuta da deliberação da Assembleia de Freguesia e de seguida colocou-a à aprovação sendo aprovada por unanimidade. -----

Informação da situação financeira da JFMG; -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, a Assembleia de Freguesia tomou conhecimento da atual situação financeira da autarquia, informação prestada pela Presidente da JFMG. -----

Por nada mais haver a tratar, a presidente da Assembleia de Freguesia deu por concluídos os trabalhos, pelas vinte e três horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelos membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia de Freguesia



(Isabel Maria Gonçalves Rodrigues Pereira de Freitas)

Primeira Secretária da Mesa da Assembleia

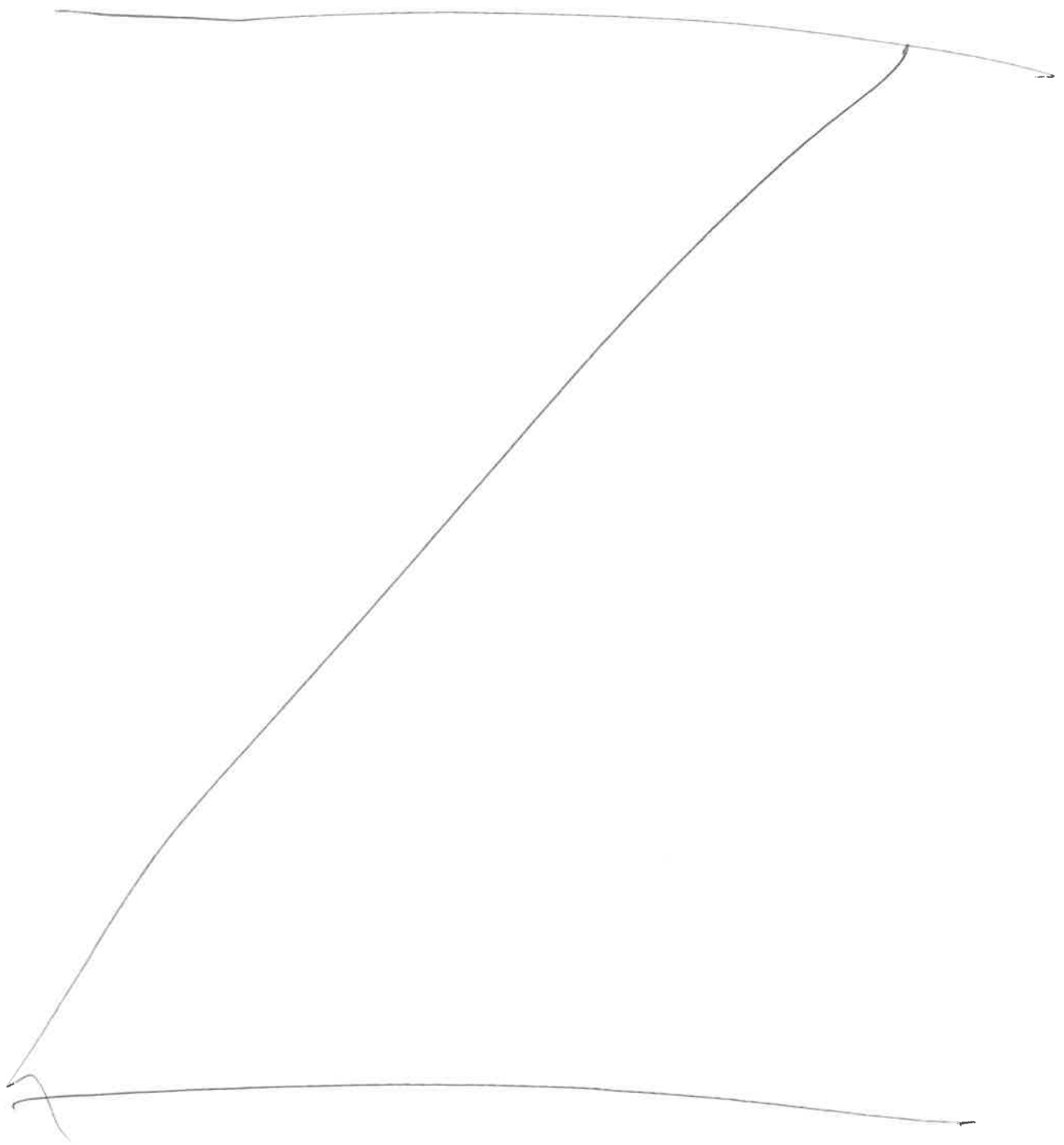


(Olga Maria dos Santos Gonçalves)

Segundo Secretário da Mesa da Assembleia



(Ana Paula Agostinho André)





CARTA ABERTA AO GOVERNO E ÀS AUTARQUIAS CONTRA O EMPOBRECIMENTO

Aumentar salários, valorizar as carreiras, revogar o Siadap, reforçar o Poder Local e os serviços públicos

O Orçamento do Estado para 2022, aprovado em Maio último, pouco se distingue da proposta chumbada em Outubro de 2021, o que significa que os graves problemas que há muito afectam os trabalhadores continuarão a arrastar-se e a aprofundar-se.

Desde logo, a perda acentuada e generalizada do poder de compra dos trabalhadores, incluindo os que tiveram a mísera actualização de 0,9% como é o caso da Administração Pública, perante uma taxa de inflação que em Agosto era de 9%.

Lembramos que o Governo PS, desrespeitou a promessa de aumento de 1% em 2021, impôs a continuação da perda de poder de compra pelo 13º ano consecutivo aos trabalhadores da Administração Pública que perderam em média 15,4% do seu poder de compra desde 2009, enquanto o subsídio de refeição subiu 50 cêntimos, e que 0,9% significou na base das carreiras, para os assistentes operacionais, €5,98/mês; para os assistentes técnicos, €6,33/mês e para os técnicos superiores, €10,85/mês, havendo trabalhadores com trinta e mais anos de serviço que continuam na base da carreira. Neste contexto, os anunciados aumentos nas carreiras técnicas não só não resolvem as injustiças como confirmam a justeza da necessidade de revisão da tabela remuneratória única.

Para quem vive do seu trabalho, ou da sua reforma, cuja vida é sempre difícil, o apoio de 125€ a todos os que tenham remunerações até 2.700€ e 50€ para os filhos, não passam de um paliativo, manifestamente insuficiente para fazer face a este brutal aumento dos preços de primeira necessidade. A realidade é que os últimos meses se tornaram um autêntico pesadelo, com o deflagrar da guerra na Ucrânia, a imposição de sanções e o aproveitamento da situação por parte dos grandes grupos económicos que continuam a acumular lucros fabulosos

É, pois, inaceitável que o Governo PS, ao mesmo tempo que apregoa a sua preocupação com a vida dos trabalhadores e das suas famílias, dos reformados e pensionistas, instigue o sector privado a aumentar 20 % o salário médio como fator indispensável ao desenvolvimento do País, continue a recusar uma atualização dos salários na Administração Pública, invocando que a mesma irá provocar uma “espiral inflacionista” com consequências nefastas para a economia, e mantenha a obsessão pela redução do défice, da dívida, em obediência às imposições da União Europeia, mesmo quando a

JMF

regra que determina essa obrigação está congelada, com as consequências cada vez mais visíveis no funcionamento dos serviços públicos.

É inadmissível que o Governo PS continue a negar o direito a carreiras profissionais dignas, sem o que não é possível motivar e atrair trabalhadores.

É intolerável que o Governo PS mantenha o SIADAP, cuja promessa de revisão não chegou a ver a luz do dia, um instrumento penalizador que não visa avaliar, mas criar desigualdades, impedir a progressão e conter os salários.

É injustificável o que se verifica com a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, uma conquista dos trabalhadores, havendo autarquias que continuam sem o aplicar, apesar de terem trabalhadores que reúnem as condições para o seu recebimento, e outras que o fazem da forma mais negativa possível, restringindo ainda mais um suplemento que não contempla o risco laboral, que exclui muitas profissões, assim como as compensações pela prestação de trabalho prestado nestas condições, designadamente, a atribuição de mais dias de férias, a redução do horário de trabalho e da idade legal da reforma.

Tal como é injustificável a não regulamentação de outros suplementos, como o de isenção de horário e piquete.

É inaceitável o esbulho que permanece com a proibição da acumulação dos salários com as indemnizações devidas aos trabalhadores sinistrados com capacidade geral de ganho inferior a 30%, situação que abrange a esmagadora maioria dos trabalhadores nesta situação.

É a ausência condenável de medidas de combate ao flagelo da precariedade, cuja dimensão, após o PREVPAP, continua a aumentar, alimentada pelas mais diversas e perversas formas de aprofundar a exploração e trabalho sem direitos.

É a insistência num gravoso processo de transferência de competências para os municípios de funções sociais do Estado, sem estarem assegurados os meios humanos e financeiros indispensáveis, como o próprio governo foi forçado a admitir após a denúncia pelos municípios que continuam em grande número a recusar este caminho, e com os riscos que a municipalização de áreas estruturantes como a saúde, a educação, a segurança social comportam na garantia de acesso igualitário das populações.

É o desrespeito e o bloqueio à contratação coletiva tanto no sector público como no privado, enquanto se mantêm as normas gravosas da legislação laboral que agredem os trabalhadores e permitem acentuar a exploração laboral.

Tendo em conta os graves problemas elencados, e num momento de extraordinária dificuldade como aquele que atravessamos, é urgente alterar o rumo que tem vindo a ser seguido, mobilizar todos os meios e tomar as medidas que permitam a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Ad. Pública, de que se destacam:

- Aumento imediato de 90 euros para todos os trabalhadores;
- Aumento real dos salários, com um Salário Mínimo Nacional de 850 euros;
- Atualização do subsídio de refeição para 7,50 euros;

- Descongelamento efetivo das promoções e das progressões nas posições remuneratórias, abrangendo todas as carreiras e todas as categorias;
- Reposição das carreiras e conteúdos profissionais específicos tal como existiam antes da revogação operada pela Lei n.º 12-A/2008;
- Revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas que valorize os trabalhadores, potenciando o desenvolvimento e a progressão profissionais;
- Correção da Tabela Remuneratória Única (TRU);
- Reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias com acréscimo de 50 % na primeira hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis, e de 100 % nos dias de descanso e reposição do descanso compensatório suplementar;
- Pagamento das indemnizações por reparação dos acidentes em serviço e doenças profissionais;
- Reposição dos 25 dias de férias e respetivas majorações, para todos os trabalhadores, independentemente do vínculo;
- Extensão do suplemento de insalubridade, penosidade e risco a todas as atividades em que as funções desempenhadas comportem uma sobrecarga funcional que potencie a probabilidade de lesão ou o risco agravado de lesão física ou degradação do estado de saúde;
- Regulamentação do suplemento de disponibilidade e isenção de horário;
- 35 horas, para todos, independentemente do vínculo;
- Reposição dos escalões de IRS existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da troyka em Portugal, recuperando maior justiça fiscal e protegendo os rendimentos do trabalho;
- Pelo direito à Contratação Coletiva nas empresas municipais e concessionárias de serviços públicos;
- Erradicação de todas as formas de precariedade;
- Reposição da forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes especiais consagrados com condições de acesso mais favoráveis;
- Preservação da ADSE como sistema público e a redução das contribuições para 1,5 por cento sobre 12 meses;
- Reversão do processo de descentralização em curso para as autarquias.

Estas são reivindicações justas e a sua concretização é essencial para responder aos problemas, para valorizar e dignificar os trabalhadores que todos os dias garantem a prestação de serviços públicos e querem servir cada vez melhor as populações.

Com confiança e determinação, prosseguiremos a luta pelo Poder Local Democrático e por serviços públicos de qualidade, por mais e melhores condições de trabalho, pelo aumento geral de salários, contra o empobrecimento !

Lisboa, 1 de Julho de 2022

A Direção Nacional do STAL